



CÓD: OP-065AB-24  
7908403551859

# **CACHOEIRA PAULISTA-SP**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA PAULISTA - SÃO PAULO**

Comum aos cargos de Nível Médio:  
Auxiliar de Redação e Escrivão

**EDITAL N.º 01/2024**

## ***Língua Portuguesa***

1. Ortografia: uso de S e Z. Emprego de SS, C, Ç, X, CH, EX, J e G .....	5
2. Divisão silábica: separação e partição de sílabas. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas.....	5
3. Acentuação gráfica.....	6
4. classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica.....	7
5. CLASSES DE PALAVRAS (CLASSES GRAMATICAIS). FLEXÕES;/ GÊNERO, NÚMERO E GRAU .....	7
6. CRASE.....	13
7. FRASE E ORAÇÃO .....	14
8. SUFIXOS E PREFIXOS .....	18
9. Sinônimos e antônimos .....	19
10. INTERPRETAÇÃO DE TEXTO .....	19

## ***Matemática***

1. As 4 operações, números inteiros, fração, números decimais, mdc e mmc .....	25
2. Regra de três.....	33
3. Porcentagem.....	34
4. Sistemas de medidas .....	36
5. Geometria plana, plantas e mapas; geometria espacial; geometria métrica; geometria analítica .....	38
6. Equações de 1º e 2º graus .....	49

## ***Conhecimentos Gerais***

1. História do Brasil, geografia do Brasil.....	55
2. Atualidades sobre ciências, religião, cultura, política, esporte e os mais diversos temas de interesse social no Brasil e no mundo divulgados pela grande mídia (rádio, jornais, tv e internet).....	109

---

## CONHECIMENTOS GERAIS

Os investimentos não estão ocorrendo apenas no ramo ferroviário. Desde 2007, o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) está preparando uma espécie de “PAC das hidrovias”, que prevê investimentos de até R\$ 18 bilhões nos próximos anos.

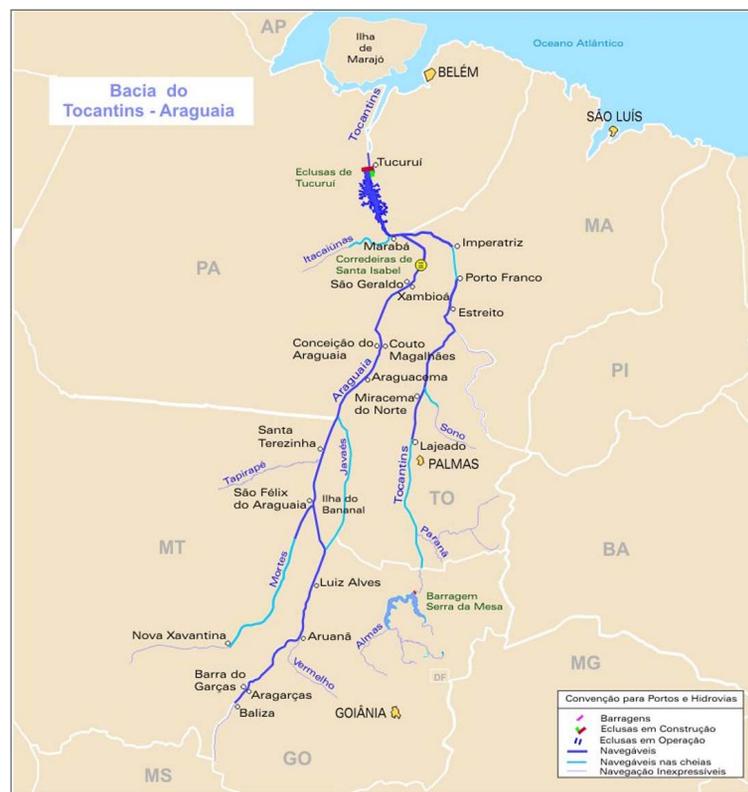
A mais importante entre essas obras é a ampliação da Hidrovia Tietê-Paraná. A intenção do governo é ampliar o trecho navegável, dos atuais 800 para 2.000 km. A capacidade de transporte de carga aumentaria de 5 milhões para 30 milhões de toneladas por ano. Outra vantagem é que a hidrovia terminaria a uma distância de apenas 150 km do Porto de Santos (hoje essa distância é de 310 km).



*Hidrovia Tietê-Paraná*

A segunda obra em análise é a ampliação da Hidrovia do Tocantins-Araguaia. O primeiro trecho da obra contempla a construção da eclusa de Tucuruí, que dará ao Rio Tocantins 700 km navegáveis. No futuro, pretende-se fazer mais três eclusas, elevando a distância navegável para 2.200 km.

O terceiro projeto trata-se do projeto da implantação da Hidrovia Teles Pires-Tapajós, que demandará investimentos de R\$ 5 bilhões para ampliar a navegabilidade do rio de 300 km para 1.500 km.



Mapa elaborado no Banco de Informações e Mapas dos Transportes da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes

*Hidrovia Tocantins-Araguaia*



Os principais portos do Brasil

No litoral Sudeste encontra-se a maior concentração de portos de intenso movimento, com destaque para o Porto de Santos, que movimenta principalmente produtos industrializados. Na Região Sul, destacam-se as exportações agropecuárias de Paranaguá e Rio Grande.

Os custos portuários brasileiros chegaram a figurar entre os mais elevados do mundo, em razão da fraca mecanização das operações de embarque e desembarque e da intrincada burocracia administrativa. Faltam equipamentos para movimentar a carga, há poucos estacionamentos para os caminhões e os armazéns são insuficientes. Desse modo, congestionamentos e atrasos tornam-se rotina, o que dificulta a vida de quem exporta. Nesse setor, porém, a maior parte dos investimentos está sendo realizada pelo setor privado, que já controla cerca de 80% da movimentação portuária nacional.

Muitas pessoas recorrem ao trabalho informal, temporário ou não, a fim de escapar da situação de desemprego.

**Atual**

O mercado de trabalho nunca foi tão competitivo. A economia de mercado globalizada fez com que as empresas possam contratar pessoas em todos os cantos do planeta. Com o crescimento do trabalho remoto esta tendência só tende a aumentar.

Igualmente, os postos oferecidos pelo mercado de trabalho exigem cada vez mais tempo de estudo, autonomia e habilidades em informática.

Dessa maneira, nem sempre aqueles que são considerados como população economicamente ativa, tem suficiente formação para ingressar no mercado de trabalho.

**Tendências**

As principais tendências para o aperfeiçoamento do trabalhador, em 2017, segundo uma consultoria brasileira seriam:

- Capacidade de Negociação
- Execução de planejamento estratégico e projetos
- Assumir equipes de sucesso herdadas
- Domínio do idioma inglês

**Mulher**

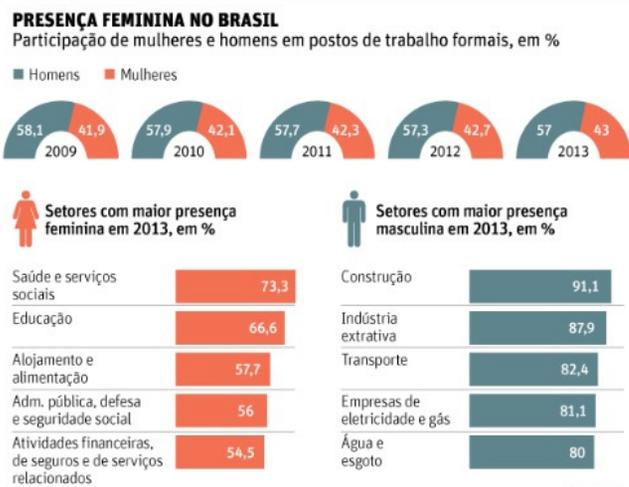
Embora a mulher ocupe uma fatia expressiva do mercado de trabalho, vários problemas persistem como a remuneração inferior ao homem e a dupla jornada de trabalho.

Mesmo possuindo a mesma formação de um homem e ocupando a mesma posição, a mulher ganhará menos. Além disso, em casa se ocupará mais tempo das tarefas domésticas do que os homens.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em todo mundo, apenas 46% das mulheres em idade de trabalhar buscam emprego. Na mesma faixa etária, os homens respondem por 76%.

Nos países desenvolvidos a mulher ocupa 51,6% dos postos de trabalho frente aos 68% dos homens. No Brasil, essa diferença é de 22 pontos percentuais, aumentando a brecha salarial.

Nos gráficos abaixo podemos observar a participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil:



*Divisão do mercado de trabalho entre mulheres e homens*

**Jovens**

Para os jovens da chamada geração Y ou os millennials – que nasceram após 1995 – o mercado de trabalho pode ser um desafio complexo.

Os millennials se caracterizam por ter um domínio das tecnologias mais recentes, redes sociais e até programação. Possuem bom nível de inglês e um segundo idioma, fizeram pós-graduação e quem pode, viajou para o exterior.

Por outro lado, têm dificuldades em aceitar hierarquias e, por conta de sua formação, desejam começar logo em postos de comando. São menos propensos a serem fiéis à empresa e preferem empreender seu próprio negócio que buscar um emprego tradicional.

A realidade dos millennials nos países subdesenvolvidos em geral e no Brasil em particular esbarra sempre no acesso à educação formal.

**Profissões mais valorizadas**

Apesar de ser apenas uma estimativa, aqui estão as profissões que estão em alta e devem ser mais demandadas nos próximos anos:

- Estatística
- Analista de dados
- Médico
- Biotecnologia e Nanotecnologia
- Economia Agroindustrial
- Administração de Empresas
- Comércio Exterior
- Turismo
- Geriatria
- Design com foco em inovação

**Estrutura ocupacional**

Nos últimos anos o ritmo de crescimento populacional foi alterado pelas modificações das taxas de mortalidade e fecundidade. Nonato et al (2012) analisando a força de trabalho, destacam que a transição demográfica altera a quantidade da força de trabalho, pois altera a composição relativa de peso para cada grupos da população, principalmente em termos de números de adultos que constituem a PIA brasileira, e assim modificando a oferta de mão de obra do país, como será visto na seção nesta seção.

Para Camarano (2014) o Brasil estaria indo em direção à terceira fase da transição demográfica na qual a população apresenta diminuição e envelhecimento. Barbosa (2014) argumenta que a demografia brasileira nas últimas décadas vem expondo um menor ritmo de crescimento populacional e alteração de sua estrutura etária, fato que modifica população em idade ativa (PIA), assim como, modifica o mercado de trabalho.

Nonato et al (2012) observam a força de trabalho brasileira e sua disposição de quantidade e qualidade. A quantidade da força de trabalho está condicionada ao tamanho da população, número de adultos e a disposição de empregabilidade. Enquanto a qualidade da força de trabalho está condicionada ao nível educacional da população. Segundo os autores as características quantitativa e qualitativa da força de trabalho brasileira modificaram-se nas ultimas décadas por três razões centrais. A primeira diz respeito à transição demográfica e alteração da estrutura etária, que altera a composição da PIA e conseqüentemente o número de indivíduos da força de trabalho. A segunda são alterações da qualificação, especialização, ou seja, aumentos da escolaridade que são associados a maiores níveis de participação nas atividades produtivas. E a terceira refere-se à população feminina e sua participação no mercado de trabalho.

ta de trabalho e, na teoria neoclássica a decisão de ofertar trabalho ou não ofertar trabalho é uma decisão em relação à maximização da utilidade individual em relação à quantidade de bens e lazer. Logo, a determinação quanto à oferta de trabalho do indivíduo está associada ao chamado salário de reserva, ou seja, quanto o indivíduo receberá de remuneração adicional para abrir mão de uma hora de lazer. Logo o indivíduo estará disposto a ter menos horas de lazer quando o salário de mercado exceder seu salário de reserva. Barbosa (2014) nota que enquanto para os homens a elasticidade das horas trabalhadas em relação ao salário é a principal variável dos estudos sobre oferta de trabalho. No entanto não é o mesmo para entender os determinantes da oferta do trabalho feminino, justamente pelo contraste da participação de ambos os sexos no mercado de trabalho.

Barbosa (2014) aponta que o salário de reserva tem um papel importante para determinar a inserção ou não da mulher no mercado de trabalho, pois o mesmo indica características individuais, familiares ou econômicas que afetam a disposição de seu nível de participação. Como exemplo, as mulheres com filhos pequenos, possuem uma tendência a ter um salário de reserva maior do que as mulheres que não possuem filhos, assim como outros membros dependentes no domicílio e um número maior de adultos também tendem a aumentar o salário de reserva das mulheres. A autora ainda observa variáveis como a idade e o estado conjugal com grande influência no salário de reserva e, que podem ter o efeito positivo ou negativo quanto a participação da mulher no mercado de trabalho.

Camarano (2004) argumenta que a presença de idosos com mais de 75 é uma variável dúbia, pois se o idoso pode gerar um efeito negativo se necessitar de cuidados, assim como pode gerar um efeito positivo se os idosos auxiliarem no cuidado dos filhos e/ou da casa.

Barbosa (2014) aponta que vários estudos indicam de forma significativa que creches e pré-escolas aumentam a participação das mulheres no mercado de trabalho assim como o aumento das horas trabalhadas. Barros et al (2011) observa que ao incrementar a oferta de creches públicas em bairros de baixa renda no Rio de Janeiro, elevou consideravelmente a participação feminina no mercado de trabalho nestas localidades, entre 36,0% e 46,0%.

Berlingeri e Santos (2014) argumentam que é previsto em lei o atendimento gratuito em creches e pré-escolas e que nos últimos anos está ocorrendo um aumentando na demanda nesses serviços. Entre 1997 e 2009 a demanda por creches municipais teve um aumento de quatro vezes. Segundo os autores o aumento na demanda tem dois motivos principais. O primeiro é em relação às conquistas da mulher no mercado de trabalho para complementação da renda familiar, sendo que a creche aparece como uma entidade que auxilia as mães trabalhadoras na conciliação do trabalho e maternidade. O segundo motivo é o benefício no ensino infantil, desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças, ou seja, a relevância no processo educacional.

Várias modificações institucionais visando o ensino infantil foram realizadas pelos órgãos públicos tentando suprir a crescente demanda por vagas desse grupo etário como exemplo

Por meio da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996), as creches foram incorporadas ao sistema de educação e, posteriormente, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), recebendo recursos diretos do governo.

Outras medidas, como a Lei nº 11.114/2005 (Brasil, 2005) – que altera o Artigo 32 da LDB, determinando que o ensino fundamental, gratuito e obrigatório, passa a ter início aos 6 anos de idade

e estende sua duração até os 9 anos –, a Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009 – que passa a incluir a pré-escola (4 a 5 anos) como etapa obrigatória do ensino básico –, e o projeto de lei (PL) que cria o Plano Nacional de Educação (PNE) para vigorar de 2011 a 2020, buscando ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos, refletem a preocupação do governo em universalizar o atendimento escolar destinado ao público infantil (BERLINGERI; SANTOS, 2014, p.449)

O cenário de transformação demográfica da população brasileira oferece importantes informações a respeito das demandas por vagas na educação infantil de creches e pré-escolas. Como já visto, a fecundidade nas últimas décadas vem decrescendo cada vez mais no cenário brasileiro, que com o passar dos anos, foi alterando a composição etária da população, modificando principalmente os dois grupos extremos, as crianças e os idosos, pois o primeiro grupo perde seu peso na composição da população enquanto o segundo amplia seu contingente. Logo, não é comum para os formuladores de políticas atenderem esse aumento de demanda presente através da expansão dos serviços de educação infantil esperando que esses investimentos não possam ficar ociosos no futuro. Assim a demanda por esses serviços são conflitantes, pois o número de crianças do grupo entre 0 e 3 anos de idade é cada vez menor, mas apesar disso, o número de família que buscam por esse serviço é cada vez maior (BERLINGERI; SANTOS, 2014).

Como visto neste capítulo, a população que compõe a PIA brasileira vem apresentando menores taxas de crescimento com projeções de máximo de sua população em 2040, e taxa de crescimento negativas para depois desse período. Além disso, vem apresentando maior grau de envelhecimento. Segundo Camarano (2014) para manter os níveis de atividade de 2010 entre 2030 e 2050 a oferta de mão obra trabalhadora deve crescer, e indica a possibilidade de incremento da participação das mulheres e aumento da permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho. Embora não elimine a tendência de diminuição da população em idade ativa, essas duas possibilidades retardam o processo.

Apesar disso, uma maior permanência nas atividades laborativas não é uma tarefa simples, pois conforme o trabalhador vai ficando mais velho tende a apresentar mais problemas relacionados à sua condição de saúde. Como visto em média ambos os sexos saem do mercado de trabalho antes da idade mínima prevista em lei para aposentadoria.

Logo a tendência de saída do mercado de trabalho pelo trabalhador brasileiro não está em concordância com as modificações demográficas que o país está passando, ou seja, o incremento em anos de vida que a população brasileira vem ganhando não está sendo repassada em aumentos em anos nas atividades econômicas.

Contudo cabe ressaltar que em conjunto de um tempo maior de trabalho o incremento da participação das mulheres nas atividades é outra possibilidade a ser explorada. Pois os níveis de atividade das mulheres brasileiras são menores comparativamente ao nível de atividade dos homens brasileiros, assim como menores, quando comparadas aos níveis de atividade das mulheres dos países da OCDE e Estados Unidos.

Barros et al (2011) observa uma relação positiva entre aumento de número de creches e aumento da participação feminina nas atividades econômicas. Berlingeri e Santos (2014) argumentam que a demanda pelo serviço de creches tem aumentando nos últimos anos, mas observa que um aumento de investimentos na ampliação deste tipo de serviço pode ficar ocioso no futuro, tendo em

**Que tipo de informação os indicadores podem dar sobre o Brasil?**

A comparação entre as regiões norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste é muito importante para que tenhamos condições de conhecer melhor uma região ou o país. Quando comparados os indicadores sociais do nordeste com os do sudeste (por exemplo, número de pessoas que têm em casa esgoto ligado à rede geral, água tratada e coleta de lixo), fica evidente que no nordeste as famílias vivem em piores condições de vida do que no sudeste.

Ao mesmo tempo, estes indicadores possibilitam que tenhamos condições de avaliar com mais cuidado as ações dos governos no que se refere à administração da vida das pessoas. Um governo conseguiu melhorar os índices de educação em várias regiões, outro pode ter incentivado a criação de novas indústrias - os números mostram o que realmente foi realizado.

**Plataforma do PNUD apresenta indicadores sociais de 20 regiões metropolitanas do Brasil**

Atlas do Desenvolvimento Humano das Regiões Metropolitanas Brasileiras disponibiliza informações do IDH municipal e outros 200 indicadores socioeconômicos. Objetivo é melhorar elaboração de políticas públicas para as cidades. Iniciativa é tema de apresentações na Terceira Conferência da ONU sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, a Habitat III.

Para disponibilizar dados sobre 20 regiões metropolitanas brasileiras — de um total de 70 espalhadas pelo país —, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) criaram uma plataforma online com informações sobre educação, renda, trabalho, demografia, longevidade, habitação e vulnerabilidade de grupos específicos. O objetivo é melhorar as políticas públicas para as cidades.

A iniciativa é tema de apresentações da Terceira Conferência da ONU sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, a Habitat III, que teve início na segunda-feira (17) e termina na próxima quinta (20).

Criado também em parceria com a Fundação João Pinheiro, o Atlas do Desenvolvimento Humano das Regiões Metropolitanas Brasileiras utiliza informações do projeto Atlas Brasil, que avaliou as condições de vida em 5.565 municípios.

Além de apresentar o índice de desenvolvimento humano de cada cidade (IDHM), o portal exibe outros 200 indicadores socioeconômicos e sua evolução de 2000 a 2010 nas 20 regiões analisadas. Entre as regiões metropolitanas avaliadas, estão São Paulo, Distrito Federal e Entorno, Rio de Janeiro, Manaus, Maceió, Curitiba, Porto Alegre, entre outras.

“O Atlas é um instrumento de democratização da informação que pode auxiliar na melhoria da qualidade de políticas públicas”, destaca a coordenadora do Relatório de Desenvolvimento Humano no PNUD, Andréa Bolzon.

Segundo a especialista, com a plataforma “é possível perceber que a desigualdade em nível ‘intrametropolitano’ ainda persiste como realidade tanto no Sudeste quanto no Nordeste”.

“Dentro da mesma região metropolitana, por exemplo, a diferença em termos de esperança de vida ao nascer pode chegar a mais de dez anos entre uma Unidade de Desenvolvimento Humano (UDHs) e outra, quer estejamos em Campinas ou em Maceió”, explica Bolzon.

As UDHs — que podem ser analisadas separadamente na plataforma — são áreas menores que bairros nos territórios mais populosos e heterogêneos, mas iguais a municípios inteiros quando estes têm população insuficiente para desagregações estatísticas.

Através do link a seguir terá acesso, sequencialmente, à plataforma online e ao atlas apontado no texto.

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2016/10/18/atlas-do-desenvolvimento-humano-nas-regi-es-metropolitanas-fornece-indicadores-para-focaliza-o-de-pol-ticas-p-blicas/>

**Consequências do processo de urbanização**

O processo de urbanização, além de ocorrer de forma desigual, não só no Brasil mas em diversas partes do mundo, dá-se de forma desordenada, apontando então a falta de planejamento. Isso acarreta diversos problemas urbanos de ordem social e ambiental. São alguns deles:

**Favelização:** A falta de planejamento e de políticas públicas faz com que muitas pessoas (ao dirigirem-se às cidades e não encontrar locais para abrigarem-se) ocupem áreas terrenas, muitas vezes em áreas de risco. A favelização é uma consequência do inchaço urbano e da ocupação desordenada das cidades.

**Excesso de lixo:** Visivelmente, onde há maior concentração de pessoas, há também maior produção de lixo. O aumento do número de habitantes nas grandes cidades fez com que houvesse maior produção de lixo, que, por vezes, é descartado de maneira incorreta, provocando outros problemas urbanos e também problemas ambientais. Segundo o IBGE, no Brasil, cerca de 50% do lixo gerado é depositado em locais incorretos, a céu aberto.

**Poluição:** A questão da poluição pode ter diversas naturezas. As grandes cidades concentram, além de um elevado número de habitantes, também um grande número de indústrias e automóveis, que, diariamente, emitem diversos gases poluentes à atmosfera, causando poluição do ar. A poluição sonora e visual também é um grande problema vivido nos centros urbanos, comprometendo o bem-estar da população.

**Violência:** Processos como a marginalização da população por meio da favelização ou da ocupação desordenada contribuem para o aumento da violência. O inchaço das cidades associado à incapacidade de abrigar toda a população, às condições insalubres de moradia e à falta de políticas públicas que atendam essa parcela da população tem como consequência direta o aumento da criminalidade.

**Inundações:** O processo de urbanização está atrelado a diversas questões, como o aumento da produção de lixo associado à impermeabilização do solo. O asfaltamento das cidades e o mau planejamento prejudicam o escoamento das águas, provocando inundações.

**ATUALIDADES SOBRE CIÊNCIAS, RELIGIÃO, CULTURA, POLÍTICA, ESPORTE E OS MAIS DIVERSOS TEMAS DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL E NO MUNDO DIVULGADOS PELA GRANDE MÍDIA (RADIO, JORNAIS, TV E INTERNET)**

**A importância do estudo de atualidades**

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática,